

TECNOLOGIAS E ESTÉTICAS DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL



MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)

TECNOLOGIAS E ESTÉTICAS DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL



MARCELO PEREIRA DA SILVA
[ORGANIZADOR]

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T255	<p>Tecnologias e estéticas da comunicação no Brasil [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-010-0 DOI 10.22533/at.ed.100201504</p> <p>1. Comunicação social – Pesquisa – Brasil. 3. Tecnologia da informação. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.48</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As tecnologias e técnicas ligadas à informação e à comunicação inauguraram mundos, linguagens e suportes nunca antes vistos na história da humanidade: Pela quantidade de dados e conexões produzidos e disseminados nas/pelas redes/mídias digitais, mas, sobretudo, pelas oportunidades decorrentes deste complexo universo. Oportunidades investidas de desafios: o sociotecnicismo abriu as portas de uma galáxia pletórica de ambivalências: a estética suplanta a ética e hipervaloriza a cosmética.

No interior desta realidade, pensar a comunicação mediada pelas tecnologias e suas estéticas torna-se fundamental para avançar o debate acerca das possibilidades que esse cenário fomenta, colocando na ribalta questões como: diálogo, interculturalidade, crises migratórias, jornalismo, redes da Internet, dialogia, dignidade humana e fenômenos emocionais, questões sobre as quais pesquisadores do Brasil e de outros países jogaram luz nesta obra, composta de 8 artigos de elevado valor para a compreensão das aporias e dilemas da sociedade contemporânea.

Intitulado “Tecnologias e estéticas da comunicação no Brasil”, este e-book coloca em relevo o lugar ocupado pelas linguagens, sujeitos, materialidades, partilhas, conversações, etc. no bojo dos processos frenéticos de mediatização, abarcando fenômenos sociais que envolvem dimensões comunicativas, estéticas, estratégicas, educativas, éticas, sociais, culturais e identitárias ligadas à estetização e à tecnologização do mundo.

MARCELO PEREIRA DA SILVA

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNICACIÓN COMO DIÁLOGO E INTERCULTURALIDAD	
Irving Samadhi Aguilar Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.1002015041	
CAPÍTULO 2	14
O LUGAR DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA COMUNICAÇÃO: REVISÃO LITERÁRIA DO CENÁRIO PAULISTA (2008-2012)	
Jéssica de Cássia Rossi	
Marcelo Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1002015042	
CAPÍTULO 3	29
MEDIA COVERAGE OF THE MIGRATORY CRISIS IN SWEDEN: A REVEALING OF THE GROWING POLARIZATION BETWEEN TRADITIONAL MEDIA AND ANTISYSTEM MEDIA?	
Renaud de la Brosse	
Gabriella Thinsz	
DOI 10.22533/at.ed.1002015043	
CAPÍTULO 4	40
JORNALISMO E ENTRETENIMENTO NAS REDES SOCIAIS NA INTERNET: UMA UNIÃO POSSÍVEL?	
Pedro Augusto FARNESE de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1002015044	
CAPÍTULO 5	54
EAM – ESPELHO DE AVALIAÇÃO DE MARCAS: DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA A LINHA DE BRANDING – ANÁLISE DE MARCA DO PROJETO DE GRADUAÇÃO UNICURITIBA	
Fabiano Christian Pucci do Nascimento	
Mariana Santos Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.1002015045	
CAPÍTULO 6	68
DIALOGIA COMO RESTAURADORA DA DIGNIDADE	
Hanna Suanne de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1002015046	
CAPÍTULO 7	78
OS FENÔMENOS EMOCIONAIS ENVOLVIDOS NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA DIANTE DE TAREFAS COMUNICATIVAS	
Jhuly Nolasco Madruga	
DOI 10.22533/at.ed.1002015047	
CAPÍTULO 8	83
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL SOB AS LENTES DA PROPAGANDA INSTITUCIONAL: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM PEÇAS PUBLICITÁRIAS	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.1002015048	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	95
ÍNDICE REMISSO.....	96

DIALOGIA COMO RESTAURADORA DA DIGNIDADE

Data de aceite: 08/04/2020

Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho História Oral e Interdisciplinaridade: Identidades e práticas da diversidade de gênero (GT 13) do III Simpósio Internacional Comunicação e Cultura, Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul - SP, de 6 a 8 de maio de 2019.

Hanna Suanne de Oliveira Silva

Universidade de São Paulo – CELACC (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação).

<http://lattes.cnpq.br/1997910063558582>

Graduada em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura (Lato Sensu) pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: oliveirahannas@gmail.com.

RESUMO: O silêncio é o elo comum entre grande parte das mulheres que se submetem a um aborto no Brasil. A prática que é crime hoje no país, salvo casos de estupro e risco de vida a mãe, alcançou números alarmantes nos últimos anos e tem causado mortes e deixado sequelas

em mulheres marcadas pelos recortes de raça e classe. A impossibilidade de compartilhar as angústias dessa decisão antes, durante e após aborto, selam um destino de culpa e dor em mulheres desamparadas tanto por seus parceiros sexuais, quanto por suas famílias, amigos e até mesmo círculo religioso. Aquelas que são criminalizadas veem suas histórias sendo contadas por meio de um tribunal. Assistindo, de mãos atadas, aos significados de suas escolhas serem transformados em matéria para o judiciário legislar sobre seus corpos. Assim, como restaurar a dignidade de mulheres violentadas em diferentes níveis pelo aborto e sua criminalização por meio de uma prática jornalística dialógica?

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Aborto; Dialogia.

DIALOGIA AS A RESTORER OF DIGNITY

ABSTRACT: The silence it is what united most part women who makes an abortion in Brazil. This practice it is consider as a crime in the country, besides cases of rape and risk of life from the mother. This

practice has over pass an alarmant number of cases and it is the cause of women who has race and class as a landmark in Brazil. The impossibility to share their stories makes their destinies be attached to a fault feeling. So, how to restorer the dignity of these women, who pass through violence, by doing a dialogical journalistic practices?

INTRODUÇÃO

Em números do Sistema Único de Saúde (SUS), apenas em 2017 foram realizados 190.510 procedimentos comuns pós-aborto. Desses, acredita-se que 66% tenham sido por aborto clandestino. Ainda há um panorama muito raso sobre o real tamanho dos dados sobre aborto no Brasil. O fato é que a prática na maioria dos casos é solitária e silenciosa, grande parte das mulheres recorre ao procedimento sozinhas em suas casas ou em clínicas clandestinas sem amparo psicológico ou acolhimento de conhecidos e familiares. Há também um percentual de mulheres que, além de passar pela dor dessa escolha, acaba criminalizada e respondendo judicialmente pela prática. Foram essas últimas que motivaram a produção do livro-reportagem “As Mulheres Que Ninguém Vê” (OLIVEIRA, 2018) como trabalho de conclusão de curso em jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O livro reconta as histórias de quatro mulheres criminalizadas pelo aborto na cidade de São Paulo, entre os anos de 2011 e 2016: Rosa, Carmim, Líria e Margarida¹. Três dessas histórias são remontadas a partir dos processos judiciais - que são de domínio público pela natureza do crime na legislação brasileira: crime contra à vida - o quarto e último relato é construído com base numa entrevista presencial com Margarida e na reconstituição do seu processo.

Se num primeiro momento o livro-reportagem vinha como uma forte denúncia de um tema caro às questões dos direitos humanos, garantias individuais e abusos de autoridade, além de tentar traçar um panorama complexo da questão do aborto no país, ao longo de sua execução jornalística, ele também foi se delineando como uma sensível tentativa de resgate da memória dessas mulheres que tiveram suas histórias sequestradas e remontadas pelo poder judiciário e pelas forças coercitivas do Estado, aqui representadas pelas polícias Militar e Civil.

A busca por uma bibliografia que desse caminho para um jornalismo de resgate dos afetos e da dignidade e que também se propusesse dialógico se iniciou no relatório que acompanhou o trabalho final e, agora, pode se aprofundar e trazer novas perspectivas de memória e história oral por meio desse artigo. Além de traçar criticamente a crise de paradigmas que hoje vivemos: como propor uma nova práxis

1 Os nomes reais das personagens foram substituídos por nomes fictícios para preservar suas identidades.

2 Em sua obra *Ciência e Jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos a jornalista*, pesquisadora e professora titular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) discorre sobre os desafios do jornalismo sob a queda do paradigma positivista e uma tentativa de estabelecimento de diálogo dos afetos na produção do jornalismo por meio de estudos de casos de suas próprias reportagens.

dentro de um fazer profissional que teve sua ascensão durante o apogeu do paradigma positivista e seu estabelecimento como “disciplina” lembrado por Cremilda Medina em sua obra *Ciência e Jornalismo*².

As formas de captação do acontecimento noticioso, bem como as formas de edição da narrativa da contemporaneidade, vão sendo disciplinadas e o jornalismo ambiciona, já no fim do século XIX, um lugar no conjunto de áreas do conhecimento. (MEDINA, 2008, p.24).

Tudo isso, em meio a declínio desse e fortalecimento do paradigma da complexidade. Essas e outras questões são retomadas nesse artigo em busca da restauração da memória e da dignidade e numa produção que leve em conta o diálogo dos afetos.

O DIREITO A MEMÓRIA

Debruçar-se sobre histórias de violência contra mulheres é se deparar com uma forçosa e constante terceirização das narrativas pessoais femininas. Apesar dos avanços na vida política das mulheres em diversos países, os desafios, em muito, ainda parecem os mesmos de 70 anos atrás, como revela Luiza Nagib no artigo *Prática do aborto: doutrinas essenciais do Direito Penal*³ discorrendo sobre a legislação brasileira em casos de aborto:

A sociedade patriarcal procurou reduzir a sexualidade feminina à necessidade da reprodução humana, negando-lhe o direito ao próprio corpo e subjugando-a, não raro através da violência física, a uma condição similar à escravidão. A mulher, considerada incapaz de decidir sobre sua própria vida, não tinha nenhuma autonomia social ou jurídica, a cidadania não lhe dizia respeito: precisava da tutela masculina tanto na esfera pública quanto na privada. Seu sustento era provido pelo pai ou marido, já que as carreiras profissionais lhe eram quase que completamente vedadas, e sua sexualidade só era admitida em função do casamento, para a satisfação do homem e constituição familiar (NAGIB, 1993, p.567).

Assim, já é possível observar o aparecimento de um dos primeiros conflitos para constituição da memória descrito por Michael Pollak, há constantes processos de negociação entre a memória coletiva e a memória individual em busca de uma conciliação entre essas duas. Portanto, para que uma memória individual passe a construir a memória coletiva é preciso que o indivíduo não apenas conte suas memórias, mas concorde com elas.

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias. (POLLAK, 1989, p.1).

Trazendo essa reflexão para as histórias de Carmim, Rosa, Líria e Margarida, se há uma memória coletiva sobre a maternidade e sobre o aborto construída a duras penas por uma sociedade patriarcal, como descrito por Luiza Nagib, fazer emergir a memória individual de cada uma dessas mulheres e começar a produzir uma nova memória

³ No artigo *Prática do aborto: doutrinas essenciais do Direito Penal* a advogada criminal Luiza Nagib constrói um panorama histórico e judicial sobre a questão do aborto no Brasil.

coletiva sobre a maternidade e aborto só se faz possível se essas elas concordarem com suas memórias. Para tanto, essas precisariam em primeira instância desconstruir seus próprios conceitos e noção de memória coletiva a respeito da maternidade e do aborto, aceitar os caminhos que se seguiram e trazer para a superfície o que lhes passou e as decisões que conseguiram tomar como indivíduos que não atenderam às expectativas de uma narrativa hegemônica sobre maternidade e feminilidade. Além disso, em sociedades com fortes marcas de classe, existem indivíduos que podem e têm seu direito à memória resguardado e validado, o que não é o caso dessas mulheres com fortes marcas sociais e de desamparo socioeconômico, principalmente, pela condição de mulher e, outras, também por sua condição de raça.

Então, como aceitar suas memórias e fazer isso a respeito de um acontecimento que deixou tantas marcas e em indivíduos desamparados? Preservadas as particularidades de cada estudo de caso, Pollak viu fenômeno parecido ao estudar a questão do nazismo e as memórias dos judeus que foram submetidos em campos de concentração. Para ele, há um esquecimento dos próprios indivíduos que compartilham essa memória individual por um sentimento de culpa que muitas vezes nem eles sabem que existe.

Não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia. Contudo, essa atitude é ainda reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas. (POLLAK, 1989, p.3).

No caso das mulheres criminalizadas pelo aborto, esse sentimento não apenas está presente, como latente em seu cotidiano e isso foi possível observar tanto por meio da bibliografia, quanto pela fala em entrevistas e tentativas de contato durante a produção do livro-reportagem. Aliado a esse sentimento de culpa, há um constante medo da culpabilização pelo o que lhes ocorreu, principalmente porque em há criminalização do aborto. Se no caso do nazismo, também havia uma legislação validadora para os atos de atrocidade contra os judeus, na questão do aborto no Brasil também há uma validação de ordem judicial para sua criminalização e, conseqüentemente, violação dessas mulheres. Num cenário assim, tanto no estudo de caso de Pollak em um contexto adverso, quanto nos contatos com as personagens do livro foi possível observar uma tentativa de “esquecimento” para não reforçar essa culpa.

Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p.4).

O PACTO PELO SILÊNCIO

Sob o aspecto do silenciamento dessas pessoas, o que parece é haver um “pacto” pelo silêncio, potencializando a perversidade da criminalização do aborto, dado os sentimentos 1739 sublimados por essas pessoas. Ao longo do trabalho de apuração e ao entrevistar Margarida, reforçou-se a ideia desse pacto de silêncio entre essas mulheres e elas mesmas. Todas elas revelaram em algum momento que apenas elas

ou pouquíssimas pessoas de seu convívio sabiam da intenção da prática abortiva. Margarida, em especial, relatou um arrependimento íntimo e paradoxal, sobre pensar em ter compartilhado sua decisão com alguém para que talvez tivesse optado por um caminho diferente, mas ao mesmo tempo concorda consigo mesma em dizer que ninguém de seu convívio a entenderia ou ouviria sem julgamentos.

A maior parte delas realizou o procedimento sozinha e esse pacto de silêncio tem se mostrado uma constante no tempo e em países diferentes. Justamente pela prática do aborto não atender aos ideais de maternidade e feminilidade que construímos ao longo do tempo com base em uma sociedade hierarquicamente constituída de forma a priorizar o masculino e atribuir preceitos “biológicos” às mulheres. O que se explicita em “O Segundo Sexo Vol. II” de Simone de Beauvoir ao narrar a França do final da década de 1940.

Falaram-me de uma datilógrafa que ficou durante quatro dias no quarto, banhada em sangue, sem comer nem beber, porque não ousara pedir socorro. É difícil imaginar abandono mais horrível do que esse em que a ameaça de morte se confunde com a do crime e da vergonha. (BEAUVOIR, 1949, p. 286).

A partir desse ponto justifica-se o que Pollak discorreu como sendo a capacidade da história oral de perpetuar as memórias dos marginalizados. As personagens do livro dividiram suas histórias com poucas pessoas e, sempre que o fizeram, foi por meio da narrativa oral ou entre mulheres ou entre homens muito próximos ou mesmo seus cônjuges.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, P.2).

Ao também me debruçar sobre o que Pollak nomeou de “memória oficial”, nos processos judiciais em que as histórias dessas mulheres deixam de ser memórias pessoais e passam a fazer parte de uma memória oficial judicializada e, portanto, com maior potência validadora para constituir uma memória coletiva sobre o aborto, tornou-se nítido o processo de apagamento das memórias individuais ali em disputa para constituir a memória coletiva de violência, imprudência e descuido da mulher que ousa, por meio de sua existência, afrontar o sistema patriarcal e misógino vigente. Esse comportamento também foi descrito por Beauvoir, ao discorrer sobre construção de uma moral feminina a qual as mulheres que praticam o aborto não conseguem se submeter e que por isso se martirizam e se auto silenciam.

Mas numerosas mulheres são intimidadas por uma moral que guarda prestígio a seus olhos, embora não possam adaptar sua conduta a ela; respeitam interiormente a lei que infringem e sofrem por cometer um delito; sofrem ainda mais por terem de apelar para cúmplices. Suportam primeiramente a humilhação de mendigar: mendigam um endereço, os cuidados médicos, da parteira; arriscam-se a ser maltratadas com altivez ou se expõe a uma convivência degradante. (BEAUVOIR, 1949, p. 287).

Uma das histórias mais elucidativas sobre a barganha entre memórias coletivas e individuais é a de Carmim. Uma das personagens do livro que passou 8 meses grávida e acreditando esconder a gestação de seu marido, pois o bebê era fruto de

uma relação extraconjugal. Pariu sozinha a criança morta e a enterrou no quintal. Teria levado o segredo adiante, se um vizinho não tivesse visto e a denunciado. Ao longo do processo pouco pode contar sobre sua própria história. Toda a memória construída pelo caso foi feita nas páginas do processo judicial que a considerava uma criminosa, construindo assim a história oficial sobre o que lhe acontecera. Carregava tanta culpa por rejeitar a criança que acreditava ter conseguido provocar o aborto em si, o que foi refutado em análise por uma especialista em saúde e aborto, ao longo do processo.

Pensando sobre o papel do jornalismo na construção das memórias oficiais e clandestinas, eis aqui a importância da mudança paradigmática que estamos vivendo. O jornalismo, sob a égide positivista, poderia se contentar apenas com a memória “oficial” ou com o que chamamos no jornalismo de “fonte oficial” – as vozes do judiciário representadas por sua linguagem, símbolos e estética no processo acusatório, aqui representando a “razão”. Como descreve Medina, um jornalismo com sua própria lente ideológica.

A noção do real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. A moldura ideológica, fixada no jornalismo, está representada nas palavras-chave da bandeira brasileira - ordem e progresso (MEDINA, 2008, p. 25).

Nos estudos sobre a constituição da memória, Pollak também cita os desafios dos dogmas positivistas através da escrita científica que de tanto buscar uma verdade única por meio do método e sua tendência reducionista ignora as diferentes realidades a que estamos submetidos, deixando de lado a sensibilidade. Segundo ele, “temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades. Temos a possibilidade não da objetividade, mas da objetivação” (POLLAK, 1989).

Já o jornalismo bento de uma nova prática complexa tenta constituir uma narrativa que dê as ferramentas necessárias para a percepção de uma realidade diversa e que se propõe a ouvir as memórias “clandestinas”. Para Pollak, a prova da dominação hegemônica estava, justamente, no resgate dessas memórias por meio das artes e dos meios de comunicação.

Essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. (POLLAK, 1989, p.3).

O JORNALISMO E O DIÁLOGO DOS AFETOS

Ao constatarmos a importância da construção de um jornalismo outro e como

ferramenta de difusão da memória coletiva em detrimento de uma memória oficial, precisamos iniciar um processo reflexivo de como fazê-lo. Já observamos a importância da construção de uma práxis que emerga as memórias clandestinas, que supere o paradigma positivista e que consiga tirar de si as lentes ideológicas desse último. Para prosseguir precisamos, no entanto, compreender um pouco do contexto que estamos inseridos.

Sendo o jornalismo um instrumento de compreensão simbólico da realidade, ele se faz automaticamente um meio audiovisual. Hoje, vivemos em um tempo em que há uma hipertrofia dos canais de processamento de informação audiovisuais dos indivíduos em detrimento a uma atrofia dos nossos canais analógicos, os grandes responsáveis pela constituição dos afetos.

Para Medina, citando Restrepo, são as nossas capacidades analógicas que promovem as relações, os afetos. Para Restrepo, olhamos o que queremos com um distanciamento de sujeitoobjeto (digo eu) e ouvimos o que nos interessa, caso típico das declarações de fontes jornalísticas. O autor adverte, no entanto, que são os sentidos do olfato, do tato e do paladar que, com a visão e audição, promovemos a seres humanos em relação. (MEDINA, 2008, p. 48).

Educados para a razão positivista e afundados no desconhecimento dos afetos, principalmente, o jornalista, se vê numa difícil missão ao precisar contar histórias sobre temas tão delicados como o aborto e em que, como descreveu Foucault, se reproduz o discurso hegemônico a exaustão como se aquele tivesse sido dito pela primeira vez.

Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulando silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 1999, p. 25).

Recontar, incansavelmente, as histórias de aborto sob as construções coletivas de maternidade e feminilidade hegemônica, reforçadas pelos tipos de fontes a que recorrem os jornalistas e sob a proteção dos conjuntos metodológicos estabelecidos na ascensão positivista; pela conduta jornalística hegemônica validada dentro da academia e no campo profissional; pelas novas formas de consumo de informação e estabelecimento de relações; pelo chamado dia a dia noticioso⁴ (TRAQUINA, 2005) e os dilemas profissionais e pressões da práxis jornalística. E sempre evocando o que Medina cunhou como “analfabetismo afetivo”, se tornou mais do que uma prática comum, mas em muito, a única prática possível nas redações em que ainda há disputa pelo tempo, pelo furo e o peso das pressões editoriais.

4 No livro Teorias do Jornalismo Volume I: Porque as notícias são como são Nelson Traquina, jornalista e pesquisador da área da comunicação discorre sobre o que ele chama de “dia a dia noticioso” um conjunto de práticas e acontecimentos cotidianos na práxis jornalística que afetam as escolhas e modus operandi do jornalista que está inserido numa redação.

Quando falo dos cinco sentidos - perceber o real pela escuta, pelo tato, pelo paladar, pela visão, e pelo olfato -, outra vez me reporto ao psicanalista colombiano Luiz Carlos Restrepo (O Direito à ternura), que expõe o contundente diagnóstico do analfabetismo afetivo das vivências profissionais ou existenciais. (MEDINA, 2008, p. 95).

Como, então, fugir de tantos obstáculos sejam eles ideológicos ou simplesmente impedimentos de uma práxis profissional forjada e disseminada para a constituição de uma forma diferente do fazer jornalístico?

CONCLUSÃO

Se já há uma barreira estabelecida por uma memória coletiva sustentada por versões oficiais e uma ordem discursiva hegemônica em busca da manutenção de certos tipos de relações de poder cabe ao jornalista a busca pela construção de um novo caminho que preserve a comunicação e a dialogia.

Aqui, então, temos uma primeira resposta para a possibilidade de uma produção jornalística outra. O diálogo em conformidade com o sentido Freiriano, exposto em sua obra *Extensão ou Comunicação?*⁵, precisa se tornar o grande aliado do jornalista em seu dia a dia. Apesar de a obra de Paulo Freire tratar das relações entre o homem do campo e a tecnicidade do engenheiro agrônomo que recebeu educação formal, muito dessa obra pode ser usada para a mediação entre o jornalista e sua fonte. A busca pela troca e pela transformação, a não conformidade com a tentativa de equalização entre aqueles que são considerados “inferiores” para “normalizá-los” em comparação ao mundo.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade de que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante em seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc. (FREIRE, 2001, p. 22).

Como um outro aspecto da dialogia, respeitar quem as mulheres criminalizadas pelo aborto são no mundo, não tentando trazê-las para um campo de “normalização” ou, pelo contrário, tentando reconstituir suas memórias de modo a traçá-las como “menores”, “dissonantes” para perpetuar a construção de uma memória coletiva e hegemônica que ignora a multiplicidades de relações entre as mulheres e a maternidade; entre as mulheres e o aborto; entre as mulheres e o papel social da mulher; é praticar o que Freire chama de comunicação. O seu oposto, a “extensão”

⁵ Na obra *Extensão ou Comunicação* Paulo Freire discorre sobre o processo de educação dos trabalhadores do campo por profissionais formalmente educados em agronomia. Alerta sobre a importância de estabelecer processos educacionais que não sejam puramente “extensivos” e sim “comunicativos” e dialógicos.

é perder a possibilidade de uma produção dialógica, é promover o apagamento da produção simbólica que elas próprias podem conduzir e reconstituir. Processo o qual também discorre Pollak sobre a questão do aborto.

Para a sociedade englobante, o aborto inexistente ou é praticado por indivíduos desviados. O que passa despercebido é que pelo alto índice detectado pelo ministério da saúde, provavelmente a maioria de nós conhece alguém que já praticou um aborto. (POLLAK, 1989, p. 6).

O jornalista perde, também, a possibilidade de um processo de resgate de dignidade dessas mulheres que, dentro das constituições de poder da sociedade, já estão num lugar de marginalidade e, naturalmente, por fazerem parte do “clandestino” têm retirada de si sua dignidade.

Trazendo essas reflexões para o contexto do estudo de caso da produção do livro-reportagem “As Mulheres que Ninguém Vê” houve uma oportunidade de refletir criticamente sobre todo o trabalho de apuração de reportagem. Aqui se delineia uma outra possibilidade de como constituir, apesar dos obstáculos um jornalismo dialógico. De modo que o diálogo se estabeleça como troca não apenas entre o entrevistador e o entrevistado. Todo o material tinha a chance de ser debatido junto com a orientação. Além disso, a conversa presencial com Margarida se mostrou essencial para o aqui evocado “diálogo dos afetos”. Poder ver os movimentos do corpo, o tom de sua voz, a forma como regia ao se lembrar de tudo o que passara, o toque do abraço, foi instrumento fundamental na reconstituição dessas memórias.

Também foi importante o respeito e o espaço àquelas que ainda não se sentiam preparadas para contar suas próprias histórias e abrir-se ao diálogo com tudo o que ele poderia trazer: a rejeição, o silêncio, os processos de dor. Propor-se dialógico, a fim de verdadeiramente vivenciar o diálogo. Colocando as teses anteriores abaixo ou não.

Ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. (FREIRE, 2001, p. 42).

Por fim, a construção do livro se pôs além de um debate entre tão somente a validade da prática abortiva ou não, mas ao que estamos submetendo as mulheres que precisam recorrer ao aborto: um processo de desumanização e isolamento. A impossibilidade de serem as donas de suas próprias histórias e decidirem como a sua memória pode ser reconstituída, vendo-se obrigadas a reconstitui-las por vias judiciais e de forma coercitiva.

Lançar luz sobre suas memórias e reconstruir essa humanidade que lhes foi roubada por meio de uma linguagem que leve em consideração a complexidade e por meio do diálogo é o que Freire chama de “encontro amoroso entre os homens” e ele

continua: “que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 2001).

Produzir, portanto, um jornalismo que promova o diálogo dos afetos e que se proponha como restaurador da dignidade é contribuir para a constituição de um mundo que preserve o encontro amoroso, as relações por meio do acolhimento e respeito. É abrir caminho para novas práticas que nos levem para o que Freire chamou de “liberdade em comunhão” entre os homens. Que seja esse o nosso horizonte e que estejamos sempre dando um passo a diante.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida, volume 2**: tradução Sérgio Millet. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2001. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 5ª edição, São Paulo: 1999.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

NAGIB, Luiza Eluf. **Prática do Aborto. Doutrinas Essenciais de Direito Penal**, p.567. São Paulo: 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume I: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular 2. e., 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Afetos 69, 70, 73, 74, 76, 77

B

Branding 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67

C

Cenário Paulista 6, 14, 15, 24

Comunicação de massa 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26

Comunicación 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Contemporaneidade 28, 70, 95

cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 46, 48, 52, 53, 68, 82

D

Democratic mission 29, 79

Diálogo 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 64, 69, 70, 73, 75, 76, 77

Dignidade humana 5

E

Ensino-aprendizagem 82

Ensino em publicidade 54

Entretenimento 6, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 52

Espelho de Avaliação 54, 61, 62, 65

H

Humor 40, 44, 53

I

Interculturalidad 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 13

J

Jornalismo 5, 6, 17, 20, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 51, 52, 53, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 96

L

Língua alemã 78, 80, 81

Língua estrangeira 78, 79, 80, 81, 82

Linguagem 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 73, 76, 79, 92, 93

Livros 22, 23, 24

M

Marcas 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 71, 95

Memórias 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Migratory crisis 29, 30

Mulheres violentadas 68

N

Notícias 17, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 51, 74, 77

O

Outro 15, 22, 41, 44, 45, 47, 51, 59, 64, 73, 74, 75, 91

P

Paradigma 14, 15, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 69, 70, 74

Participação 19, 40, 50, 54, 57, 58, 65, 78

R

Redes sociais 6, 26, 40, 43, 45, 46, 48, 51, 53, 64, 95

Relações públicas 6, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 86, 95

Revisão literária 6, 14, 15, 23, 24

Riso 40, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53

S

São Paulo 14, 15, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 52, 53, 66, 67, 68, 69, 77, 93, 94

T

Tarefas Comunicativas 82

Teorias da Comunicação 14, 15, 16, 23, 27, 28, 53

U

UFPEl 78, 82

Unicuritiba 55, 57, 58, 67

W

WhatsApp 47

 **Atena**
Editora

2 0 2 0